

O JAPÃO, PEARL HARBOR E A SAGA DO ALMIRANTE KIMMEL

Parte XXII

– Gabinete do Subsecretário de Defesa para Pessoal e Prontidão
1º de dezembro de 1955

Promoção do Contra-Almirante Kimmel e do Major-General Short
Na lista de oficiais da reserva
(2ª e última parte)

Tradução e adaptação: **MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES**
Almirante de Esquadra (Ref^o)

SUMÁRIO

O julgamento da opinião pública
Os registros
Os primeiros anos da guerra
As Comissões do Exército e da Marinha e o Comitê
Conjunto do Congresso (JCC)
O período do pós-guerra
Avaliação
Opção para outras ações
Promoção baseada em performance
Promoção baseada em outras considerações
Conclusão
O veredicto da história
Do tradutor/articulista – final

O JULGAMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA

Os familiares do Almirante Kimmel estão preocupados com o *stigma* e *obloquy* decorrentes da circulação das primeiras acusações e seus persistentes efei-

tos na opinião pública. Em razão de isso não ser suficiente para rever as ações pessoais e investigações as quais constituem a maneira formal de o Governo tratar desses casos, essa seção da revisão busca a responsabilidade e o razoável, no julgamento da opinião pública.

Os registros

Três períodos devem ser observados: (1) os primeiros anos da guerra, (2) o período de respostas ao constante das apurações das Comissões da Marinha e do Exército e do Comitê Conjunto do Congresso (JCC); e (3) o período de pós-guerra.

Os primeiros anos da guerra

A reação nacional ao ataque japonês a Pearl Harbor ocorreu de duas maneiras. A primeira foi a raiva da Nação pelo ataque de surpresa, capturada, ampliada e talvez liderada pelo Presidente Roosevelt, ao caracterizar o 7 de Dezembro como “o dia em que viveremos na infâmia”, ao dirigir-se ao Congresso. A segunda, que se seguiu quase que imediatamente, foram o choque, o não poder acreditar na extensão da devastação, a batalha de somente um lado e a óbvia ausência de prontidão das forças americanas. Esses sentimentos voltaram-se rapidamente para incessantes exigências, que continuam até hoje, para explicação e identificação dos responsáveis. “A Nação americana... estava menos interessada em por que os japoneses atacaram Pearl Harbor do que como conseguiram o feito”^{*}.

Imediatamente e inevitavelmente o foco foi dirigido aos oficiais no comando em Pearl Harbor. O Almirante Kimmel disse: “A torrente de abusos e deturpações começou logo após o ataque. Minha corte marcial foi pedida no plenário da House of Representatives (Câmara dos Deputados) na segunda, 8 de dezembro de 1941”.

Nesse mesmo dia, o secretário Knox viajou para Pearl Harbor. Ao retornar e prestar contas ao Presidente, a totalidade do seu relato foi liberada ao público, em 15 de de-

zembro. As dispensas do Almirante Kimmel e do General Short foram divulgadas em 17 de dezembro. Embora a informação para a imprensa tivesse sido feita sem comentários, o secretário Stimson esclareceu que a decisão “evitava uma situação em que oficiais envolvidos com a responsabilidade pela futura segurança da vital base naval estariam, nesse momento crítico, envolvidos na investigação (Roberts Commission) ordenada ontem pelo Presidente”. A linguagem aberta de Knox e sua associação com as dispensas dos comandantes do Havaí naturalmente levaram os focos das atenções para essas pessoas. O Almirante Kimmel viu uma interpretação mais sinistra: “Após o secretário da Marinha, Sr. Frank Knox, relatar para o Presidente o resultado de sua inspeção a Pearl Harbor, declarações adicionais foram liberadas, o que aumentou a campanha de difamações”^{**}.

O relatório da Comissão Roberts contendo a expressão *dereliction of duty*^{***} foi apresentado ao Presidente em 24 de janeiro de 1942 e liberado para a imprensa nesse mesmo dia. A Comissão não indicou a intenção de fazer de Kimmel e Short bodes expiatórios, no sentido de que carregassem toda a culpa pelo desastre de Pearl Harbor. Todavia, o dano para as reputações do Almirante Kimmel e do General Short começaram quase que imediatamente. As manchetes da primeira página do *New York Times* no dia seguinte registravam: “A Comissão Roberts acusa Kimmel e Short; avisos para defender o Havaí não foram levados em consideração”. Submanchete acrescentava: “Stark e Marshall provavelmente indicarão que Kimmel e Short serão submetidos a corte marcial”. O Almirante Kimmel entendeu que “quando o relatório da Comissão Roberts foi publicado,

* N.A – Prange, “ao amanhecer nós dormíamos”, pág. 584.

** N.A – Kimmel, pág. 170.

*** N.A – É uma falha deliberada ou acidental ao fazer o que deveria como parte de suas obrigações.

um verdadeiro furacão de acusações foi proferido com veemência indiscriminadamente contra Short e eu”*.

Embora o Presidente houvesse estabelecido que não tinha intenção de ordenar cortes marciais ou de tomar qualquer outra ação pessoal, e os serviços (Exército e Marinha) não houvessem tomado ações posteriores, a acusação de “*derelection of duty*” permaneceu sem resposta para a opinião pública. Tudo isso e mais o anúncio da passagem para a reserva do Almirante Kimmel e do General Short feito com a ressalva “sem desculpas de qualquer ofensa ou prejuízo de futura ação disciplinar” tiveram o resultado de deixarem o assunto sem solução na esfera da opinião pública. O Almirante Kimmel lamentou-se com o Almirante Stark em 22 de fevereiro de 1942: “Eu estou pronto a qualquer momento para aceitar as consequências dos meus atos. Não desejo criar problemas para o governo na conduta da guerra. Sinto, todavia, que minha crucificação perante a opinião pública atingiu o limite. Diariamente recebo cartas de pessoas irresponsáveis de todos os cantos do país chamando-me para o dever e mesmo ameaçando matar-me. Não estou particularmente preocupado exceto como isso mostra o efeito na opinião pública de artigos publicados sobre mim”.

“Sinto que a divulgação do parágrafo 2º da carta do secretário de 16 de fevereiro (aceitando o pedido de passagem para a reserva “sem desculpas de qualquer ofensa”) promoverá a ira do povo e far-me-á grande injustiça”.

Minha crucificação perante a opinião pública atingiu o limite. Diariamente recebo cartas de pessoas irresponsáveis de todos os cantos do país

A necessidade de conservar secretas as interceptações Magic (sobre as quais Kimmel tinha algum conhecimento, ao contrário do General Short) efetivamente impediram manter a opinião pública objetivamente informada durante as discussões do tema Pearl Harbor ao longo da guerra. Tal necessidade impediu mesmo que se explicasse ao público a obrigatoriedade de mantê-las secretas.

Contudo, o clamor público para a completa investigação de erros em Washington começou quase que imediatamente após a publicação do relatório da Comissão Roberts, em 27 de janeiro. *The New York Times* publicou que membros do Congresso dos dois partidos demandavam completa investigação pelas duas Casas, declarando que autoridades em Washington haviam sido negligentes ao falhar no acompanhamento das ações que estavam sendo tomadas em

Pearl Harbor e acusando-as de ignorarem que não haviam sido tomadas medidas apropriadas de coordenação entre o Exército e a Marinha em Pearl Harbor. O debate no Congresso imediatamente adquiriu um tom político-partidário, como registrado pela imprensa. Após a inicial fogueira de interesses em investigações adicionais sobre a responsabilidade do desastre em Pearl Harbor no começo de 1942, o Almirante Kimmel e o General Short apareciam de tempos em tempos nos jornais em 1943 e 1944. Debates no Congresso sobre cortes marciais também tomaram a coloração partidária no momento em que as eleições de 1944 se aproximavam.

Pearl Harbor e acusando-as de ignorarem que não haviam sido tomadas medidas apropriadas de coordenação entre o Exército e a Marinha em Pearl Harbor. O debate no Congresso imediatamente adquiriu um tom político-partidário, como registrado pela imprensa. Após a inicial fogueira de interesses em investigações adicionais sobre a responsabilidade do desastre em Pearl Harbor no começo de 1942, o Almirante Kimmel e o General Short apareciam de tempos em tempos nos jornais em 1943 e 1944. Debates no Congresso sobre cortes marciais também tomaram a coloração partidária no momento em que as eleições de 1944 se aproximavam.

* N.A – Kimmel – pág. 170.

As Comissões do Exército e da Marinha e o Comitê Conjunto do Congresso (JCC)

Sugestões de que a Comissão do Exército sobre Pearl Harbor e a Corte Naval de Inquérito poderiam elucidar as participações do General Short e do Almirante Kimmel em Pearl Harbor começaram a aparecer em novembro e dezembro de 1944. O advogado do Almirante Kimmel, Charles B. Rugg, pronunciou-se publicamente, revelando que o relatório da Comissão Roberts havia sido corrigido pela Corte de Inquérito:

“Kimmel inocentado – disse o advogado. Boston, 1º de dezembro – Charles B. Rugg, advogado do Almirante Husband E. Kimmel, declarou aqui esta noite que “o pronunciamento do secretário da Marinha Forrestal significa que o Almirante Kimmel foi inocentado das acusações de ‘*dereliction of duty*’ em Pearl Harbor”.

A liberação final das notícias constituíram manchetes de primeira página em agosto de 1945. Marshall, secretário de Estado, Cordell Hull, Stark e o General de Exército Leonard Gerow* também foram citados por vários erros.

Após a guerra, o véu do segredo foi levantado das interceptações, e, com a permissão do Presidente Truman, a Comissão Conjunta do Congresso esclareceu as interceptações Magic e publicou textos completos das mensagens críticas.

Novamente, temas associados com a investigação do Congresso estimularam acalorados debates partidários, com acusações de que os Democratas no comitê controlariam os procedimentos.

Em julho de 1946, a Comissão Conjunta do Congresso liberou para a imprensa notícia que exonerava Roosevelt e determinava que “o ofuscamento da responsabili-

dade... ficava com os comandantes da Marinha e do Exército no Havaí, Almirante Kimmel e General Short”. Conquanto nem o Almirante Kimmel nem o General Short tivessem ficado felizes com o resultado emitido pela JCC, o General Short pelo menos argumentou: “...estou satisfeito que as testemunhas apresentadas nas audiências tenham me absolvido completamente de qualquer culpa e acredito que esse será o veredicto da história. Como havia declarado anteriormente, minha consciência está limpa”. As análises e interpretações publicadas desde 1946 tiveram por fonte primária o material obtido pela Comissão Conjunta do Congresso.

O período do pós-guerra

Por outro lado, análises sóbrias nos anos após a publicação dos resultados da Comissão Conjunta do Congresso produziram obras de diferentes matizes e equilibrada escolaridade, as quais constituem o começo do veredicto da história. Esses trabalhos, baseados em cuidadosa leitura de todo o registro da Comissão Conjunta do Congresso e de outras fontes primárias que trarão luzes no futuro, estão criando um responsável e cada vez mais acurado e justo entendimento das falhas na tapeçaria de Pearl Harbor. Definitivamente, em uma sociedade livre esta deve ser a função da comunidade acadêmica, que vem trabalhando bem nesse caso.

AVALIAÇÃO

Sem dúvida, o Almirante Kimmel e o General Short encontraram uma “imprensa adversa” durante a guerra, especialmente nos anos imediatos ao ataque e à publicação do resultado da Comissão Roberts. A contri-

* N.A – Chefe da Divisão de Planos de Guerra do Exército.

buição fundamental do Magic e Púrpura para o esforço de guerra significa que perguntas não poderiam ser respondidas enquanto a guerra ocorria, e, neste sentido, de alguma maneira, as reputações do Almirante Kimmel e do General Short foram sacrificadas em benefício do esforço de guerra. Conquanto a concentração neles desviasse a atenção, talvez convenientemente, não existe evidência de uma intenção organizada para fazer do Almirante Kimmel e do General Short bodes expiatórios e há pouca probabilidade de existirem esforços para difamá-los pessoalmente. Em particular, não há clareza de ações do governo dirigidas somente contra suas reputações. Também não existe qualquer ação de governo para desviar o ceticismo em relação ao Almirante e ao General.

Pearl Harbor aconteceu no meio de um acirrado debate entre isolacionistas e intervencionistas. As energias desse debate não arrefeceram com Pearl Harbor; pelo contrário, ele foi redirecionado. Em certa extensão, o Almirante Kimmel e o General Short tornaram-se *causes célèbres* nessa disputa partidária. Isso foi, e ocasionalmente ainda é hoje, o resultado de um mundo envolvido pela política, no qual oficiais ostentando posições de três e quatro estrelas tornam-se envolvidos, em razão de suas altas funções públicas, frequentemente com consequências desproporcionais aos seus talentos ou posições como militares profissionais. Certamente, o Almirante Kimmel, desejosamente e mesmo ansiosamente, entrou nessa rixa, levando o assunto de sua reputação ao debate público; sua autobio-

grafia traduz seus esforços, alguns dos quais foram citados nesta apresentação.

Com a publicação do trabalho da Comissão Conjunta do Congresso – uma mina de ouro de fontes primárias – e a cada vez maior contribuição do mundo acadêmico, um responsável e crescentemente acurado e justo entendimento dos erros em Pearl Harbor está emergindo.

Neste processo, o Almirante Kimmel e o General Short estão encontrando seu verdadeiro lugar. Não existe nada que o governo pode ou deveria fazer para alterar o processo.

OPÇÕES PARA OUTRAS AÇÕES

Promoção baseada em performance

Nenhum erro significativo foi cometido em qualquer das três ações pessoais*. Seu efeito cumulativo colocou o Almirante Kimmel e o General

Short em seus permanentes postos de duas estrelas na lista de oficiais da reserva. Dispensa e passagem para a reserva tornaram-se inevitáveis, e não foram injustas e incorretas dentro das circunstâncias.

Promoção é baseada no potencial e não no desempenho anterior. Isto é, promoção é baseada na expectativa da *performance* ao nível para o qual o indivíduo está sendo considerado para a promoção. Ao tempo do ataque japonês a Pearl Harbor, o Almirante Kimmel e o General Short haviam sido promovidos a quatro e três estrelas, respectivamente, baseados nos seus potenciais de *performance* para o exercício nesse nível de comando. Suas dispensas, em

As reputações do Almirante Kimmel e do General Short foram sacrificadas em benefício do esforço de guerra

* N.A – 1) Dispensa de seus comandos em Pearl Harbor. 2) Passagem para a reserva. 3) Decisões para não promovê-los na lista da reserva.

16 de dezembro de 1941, refletiram as avaliações das secretarias da Marinha e do Exército de que seus potenciais para continuarem nesses postos haviam mudado.

Pelo fim de 1946, o Exército, a Marinha e o Comitê Conjunto do Congresso concluíram, independentemente, que o Almirante Kimmel e o General Short possuíam informações adequadas para colocar suas forças em um alto estado de prontidão para defender Pearl Harbor contra um ataque aéreo. Eles tinham forças suficientes para colocar uma efetiva e tanto quanto viva defesa caso suas forças tivessem sido alertadas e coordenadas. Membros do governo no mais alto nível chegaram a conclusões similares ao longo dos 50 anos seguintes. Este estudo do Departamento de Defesa – depois de examinar todos os fatos e circunstâncias novamente – não encontrou argumentos para alterar as conclusões encontradas pelas Forças, pelo Comitê Conjunto do Congresso e outros, de que o Almirante Kimmel e o General Short cometeram “erros de julgamento”.

Este trabalho concluiu que o Almirante Kimmel e o General Short não foram os únicos responsáveis pelo desastre em Pearl Harbor. Outros cometeram significativos erros de julgamento. Em particular, altos chefes da Marinha e do Exército falharam em apreciar o conjunto e ao transferir aos comandantes no Havaí o sentido do foco e da urgência que as mensagens japonesas interceptadas haviam criado. Contudo, esse fato não exclui os erros do Almirante Kimmel e do General Short. A grandeza do desastre em Pearl Harbor e os altos postos de comando na área colocam-nos à parte de outros que serviram na Segunda Guerra Mundial. As decisões de não os promover ou avançá-los na lista dos oficiais da reserva, ou de restaurar suas patentes temporárias, não foram incorretas. Não existe apoio para reverter essas decisões.

Como observado anteriormente, postos de três e quatro estrelas são “posições de importância e responsabilidade” que requerem confirmação individual do Senado. Como as seções anteriores desta revisão sugerem, embora talvez em tempos outros eles tenham sido injustamente caracterizados, o Almirante Kimmel e o General Short não podem ser vistos como inteiramente sem culpa em relação a Pearl Harbor. Eles eram os homens com a responsabilidade na área do pior desastre militar na história dos EUA, e seus erros de julgamento foram de magnitude suficiente para levar à conclusão de que sua *performance* total não se compara favoravelmente com aquela de outros três e quatro estrelas de seu tempo.

Promoção baseada em outras considerações

O artigo II, Seção 2, da Constituição confere ao Presidente amplo poder, com a recomendação e o consentimento do Senado, para designar oficiais nas Forças Armadas. O Presidente pode usar esta autoridade discricionária para designar um oficial, independentemente dos regulamentos que, por outro lado, governam o processo das promoções. Então, o Presidente tem o poder para designar o Almirante Kimmel e o General Short para a promoção *post mortem* na lista de oficiais da reserva.

Em razão de suas posições como comandantes no cenário do Havaí, foi inevitável que grande parte do peso do temor da opinião pública sobre o desastre de Pearl Harbor recaísse imediatamente sobre o Almirante Kimmel e o General Short. A necessidade de manter secreta a capacidade da quebra dos códigos japoneses impediu que esclarecimentos oficiais fossem prestados durante os tempos de guerra. As famílias do Almirante Kimmel e do General Short, no que lhes concerne, estão pro-

cupadas com os efeitos protelatórios de notícias publicadas ao longo dos últimos 50 anos. Eles argumentam que o *stigma* e *obloquy* desta época persiste, e demandam ação governamental, dizendo que “o veículo que nós escolhemos” para restaurar a reputação desses oficiais é a promoção na lista de oficiais da reserva.

Contudo, tal promoção não é a maneira apropriada para curar ofensas à reputação. Com o término da guerra e a publicação dos resultados das investigações das Forças e do Comitê Conjunto do Congresso, ficou esclarecido que o Almirante Kimmel e o General Short não foram os únicos responsáveis pelo desastre em Pearl Harbor e que os erros de julgamento por eles cometidos não atingiram o nível de *dereliction*, e que outros também cometeram tal tipo de erros. Assim, a posição oficial sobre o assunto encontra-se onde deveria.

É indisputável que o Almirante Kimmel e o General Short receberam mais do que aquilo que lhes impuseram uma imprensa tendenciosa nos primeiros anos da guerra, e que os erros de outros, os quais contribuíram para o desastre em Pearl Harbor, geralmente foram poupados de censuras. A promoção *post mortem*, todavia, necessariamente teria que ser calcada no julgamento de que, no mínimo, eles serviram satisfatoriamente como três e quatro estrelas. Seus superiores, na época, decidiram que não, e não há como compelir para que essas primeiras decisões sejam modificadas.

Usar promoções *post mortem* para compensar tratamento severo na mídia, como forma de desculpa oficial ou como um ato simbólico, não seria apropriado. Adicionalmente, não existe precedente para tal promoção.

Finalmente, usar avanço ou promoção para tais propósitos seria verdadeiramente injusto em relação àqueles que mereceram promoções em razão da *performance* e im-

plicaria duplo padrão para promoções nas Forças Armadas.

Os mais altos postos na reserva aos quais um oficial pode aspirar não devem ser conferidos a ninguém como uma desculpa. Antes, esses postos devem estar reservados para aqueles oficiais cujas *performances* se encontrem acima das dos outros.

CONCLUSÃO

Um exame nos assentamentos não mostra que as promoções do Almirante Kimmel e do General Short na lista de oficiais da reserva seja justificada.

O VEREDICTO DA HISTÓRIA

A comunidade acadêmica continuou a produzir várias obras de excelentes méritos para o que o trabalho do Departamento da Defesa chamou de veredicto da história.

Dentre elas, provavelmente o mais completa, para muitos o trabalho definitivo sobre Pearl Harbor, coube a Robert B. Stinnett, autor de *O dia da fraude – A verdade sobre FDR e Pearl Harbor*, cuja 1ª edição foi publicada no ano 2000. Citei-o ao longo de meu trabalho.

Em nota do tradutor, na *Revista Marítima Brasileira* v. 127, nº 10/12, out/dez 2007, p. 70, assim me expressei: “Na documentação por mim consultada, o livro de Robert B. Stinnett é, sem dúvida, o mais completo relato sobre a tragédia que se abateu sobre Pearl Harbor. Segundo Tom Rooser, do *Chicago Sun Times*, é, talvez, o mais revelador dos documentos de nosso tempo”. Escreve John Alterian, do *Detroit News*: “Apoiado em 17 anos de pesquisa e usando mais de 200 mil entrevistas e documentos desclassificados [para mim, articulista, feito notável], Stinnett faz devastadoras revelações...”.

Douglas Cirignano entrevistou Robert B. Stinnett*. A tradução para o português de Portugal foi feita por J. Figueiredo**. Da tradução, selecionei algumas perguntas e respostas. Cirignano encerra a introdução de sua entrevista com a afirmativa de Gore Vidal: “...Robert Stinnett limpou a maior parte dos fumos das armas. O ‘dia da fraude’ mostra que o famoso ataque ‘surpresa’ não foi surpresa para os nossos dirigentes voltados para a guerra...”. E John Toland, o autor que ganhou o Prêmio Pulitzer com o livro *Infâmia*, sobre Pearl Harbor, declarou: “Passo a passo, Stinnett passou dos antecedentes para a guerra, utilizando novos documentos para revelar os terríveis segredos que nunca foram revelados ao público. É perturbador que 11 presidentes, incluindo aqueles que admirei, mantiveram a verdade afastada do público até que os pedidos de Stinnett ao abrigo do Acto da Liberdade de Informação (Foiá)*** finalmente convenceram a Marinha a liberar a evidência”.

A seguir, algumas perguntas e respostas que selecionei:

Cirignano – Os historiadores e responsáveis do governo afirmam que Washington não teve conhecimento prévio do ataque a Pearl Harbor, sempre argumentaram que os EUA não estavam a interceptar e não haviam decifrado códigos militares importantes do Japão nos meses e dias que antecederam o ataque. O ponto crucial do seu livro é que a investigação prova que

isso é absolutamente falso. Estávamos a ler a maior parte das mensagens via rádio do Japão. Correto?

Stinnett – Isso é correto. E acredito nisso também. Como sabe, a revista *Life*, em setembro de 1945, logo após a rendição do Japão, sugeriu que o caso era assim, que Roosevelt arquitetara Pearl Harbor. Mas aquilo foi ignorado como um panfleto anti-Roosevelt, e eu também acreditei.

Cirignano – Outra informação do centro da teoria do ataque surpresa de Pearl Harbor é que os navios do Japão mantiveram os rádios silenciosos quando se aproximavam do Havaí. Isso também é completamente falso?

Stinnett – Sim, e isso foi afastado do Congresso, de modo que ninguém sabia acerca de tudo isso.

Cirignano – Até o Ato da Liberdade de Informação?

Stinnett – Sim.

Cirignano – Será esta declaração verdadeira? Se a América

estava a interceptar e decodificar mensagens militares do Japão, então Washington e Franklin Delano Roosevelt sabiam que o Japão estava em vias de atacar Pearl Harbor?

Stinnett – Oh, sem dúvida.

Cirignano – Mas sente que isso é assim tão simples?

Stinnett – Sim, esse era o seu plano. Era o plano de provocar um ato aberto de guerra, contado no meu livro, que foi adotado pelo Presidente Roosevelt em 7 de outubro de 1940.

A revista *Life*, em setembro de 1945, logo após a rendição do Japão, sugeriu que o caso era assim, que Roosevelt arquitetara Pearl Harbor

* N.A – <http://www.independent.org/tii/news/020311cirignano.html>.

** NA – http://resistir.info/11set/pearl_harbor_port.html.

*** N.A – Stinnett dedicou seu livro ao congressista John Moss (D., CEL), autor do Ato de Liberdade de Informação.

Cirignano – O Sr. escreveu que, no final de novembro de 1941, foi enviada uma ordem a todos os comandantes militares dos EUA que dizia: “Os Estados Unidos desejam que o Japão cometa o primeiro ato aberto”. Segundo o secretário de Guerra Stimson, a ordem vinha diretamente do Presidente Roosevelt, comprometido em apoiar esta política de provocar o Japão a cometer o primeiro ato de guerra aberta?

Stinnett – Não sei se ele revelou isso ao gabinete. Ele pode ter revelado o plano a Harry Hopkins, seu confidente próximo, mas não há qualquer evidência de que alguém no gabinete soubesse disso.

Cirignano – Penso que escreveu no seu livro que eles sabiam... Que alguns deles estavam a par...

Stinnett – Bem, alguns sabiam. O secretário de Guerra Stimson sabia, como se vê no seu diário, e também provavelmente Frank Knox, o secretário da Marinha, sabia. Mas Frank Knox morreu antes da investigação ter principiado. Assim, tudo o que temos realmente é o diário de Stimson. Este revela muito ali, e eu considero isso no meu livro. O Sr. deve querer dizer o seu gabinete de guerra. Sim. O diário de Stimson revela que nove pessoas no gabinete de guerra – três militares – sabiam desta política de provocação.

Cirignano – Embora Roosevelt tenha feito declarações em sentido contrário para o público, não sentiria ele e os seus conselheiros que a América estava, no fim das contas, indo rumo à guerra?

Stinnett – Correto. Bem, sua declaração era: “Não enviarei os nossos rapazes para a guerra, a menos que sejamos atacados”. Assim, ele concebeu esse ataque para realmente nos levar à guerra contra a Alemanha. Mas penso que essa era sua única opção. Manifestei-me no livro.

Cirignano – Quem era o Tenente Comandante Arthur Mc Collun e qual era sua conexão com o ataque de Pearl Harbor?

Stinnett – Ele trabalhou para a Inteligência Naval em Washington. Ele também era o oficial de comunicações do Presidente Roosevelt. Assim, todas essas interceptações iriam para o Comandante Mc Collun e a seguir ele as encaminharia para o Presidente. Não há dúvida sobre isso. Ele era também o autor do seu plano para levar o Japão a atacar-nos em Pearl Harbor. E ele nascera e fora criado no Japão.

Cirignano – Mc Collun escreveu esse plano, esse memorando, em outubro de 1940. Era dirigido a dois dos mais próximos assessores de Roosevelt. No mesmo, Mc Collun exprime que é inevitável que o Japão e a América caminhem para a guerra e que a Alemanha nazi tornava-se uma ameaça à segurança da América. Mc Collun está a dizer que a América tem que se envolver na guerra. Mas ele também diz que a opinião pública é contra isso. Assim, Mc Collun sugere, em consequência, oito coisas específicas que a América deveria fazer para levar o Japão a tornar-se mais hostil, a atacar-nos, de modo que o público apoiasse o esforço de guerra. E como ele nascera e fora criado no Japão, entendia a mentalidade japonesa e sabia como os japoneses reagiriam.

Stinnett – Sim. Exatamente.

Cirignano – Foi a existência deste memorando do Comandante Mc Collun alguma vez revelada ao público antes de seu livro aparecer?

Stinnett – Não, não. Eu o recebi em consequência do meu pedido ao Foia, em janeiro de 1995, de extração dos Arquivos Nacionais. Eu não sabia que ele existia.

Cirignano – FDR e os seus conselheiros militares sabiam que se as oito ações de Mc Collun fossem implementadas – coisas como manter a frota do Pacífico em Pearl Harbor e debilitar a economia do Japão com um embargo – não havia dúvida de que isso levaria o Japão – cujo governo era

muito militarizado – a atacar os Estados Unidos. Correto?

Stinnett – Correto, e é o que o Comandante Mc Collun diz. Ele afirma : “ Se o Sr. adotar essas políticas então o Japão cometerá seu ato aberto de guerra”.

Cirignano – Há alguma prova de que FDR tenha visto o memorando de Mc Collun?

Stinnett – Não há qualquer prova de que ele realmente tenha visto o memorando, mas ele adaptou todas as oito provocações – chegando a assinar ordens de execução... E outras informações nos arquivos da Marinha mostram evidências conclusivas de que ele o viu.*

Cirignano – Seu livro afirma que em 1941 havia um espião residindo no consulado japonês de Honolulu.

Stinnett – O Japão colocou esse espião – era um oficial japonês – em Honolulu. Ele chegou em março de 1941. Mas quando o FBI conferiu o seu nome descobriu que não estava listado no registro estrangeiro japonês, o que o tornou imediatamente suspeito. Eles colocaram uma “cauda” nele. E, assim, o espião começou a passar mensagens para o Japão que nós estávamos interceptando. Estas agora eram num código diplomático. E então o FBI continuou a segui-lo de perto, bem como a inteligência naval.

Cirignano – A inteligência naval, o FBI e Roosevelt sabiam que esse homem esta-

va espionando a frota em Pearl Harbor, e deixaram a espionagem continuar. A política do governo FDR era então olhar para o outro lado e deixar o Japão preparar-se para atacar-nos?

Stinnett – Isso é certo. Está correto. Ele estava fornecendo um cronograma do ataque.

Cirignano – O espião estava mesmo enviando planos de bombardeamento em Pearl Harbor?

Stinnett – Sim. De março a agosto ele forneceu o recenseamento da frota do Pacífico. Então, a partir de agosto, começou a preparar planos de bombardeamento de Pearl Harbor, onde os nossos navios estavam ancorados, e assim por diante.

Cirignano – E Roosevelt chegou a ver esses planos de bombardeamento, não é?

Stinnett – Sim, isso é correto.

Cirignano – O Sr. afirma que, por duas vezes, durante a semana de 1 a 6 de dezembro, o espião informou que Pearl Harbor seria atacada. Segundo um comandante japonês, a mensagem de 2 de dezembro era: “Não foram observadas alterações na tarde de 2 de dezembro. Até então eles não parecem ter sido alertados”. E na manhã de 6 de dezembro a mensagem era: “Não há barragens de balões levantadas, e há uma oportunidade para um ataque surpresa contra esses locais”. Estas mensagens foram interceptadas pela Marinha, certo? Será que Roosevelt sabia dessas mensagens?

* Registro, para lembrança, as oito ações do Memorando Mc Collun:

1. Fazer um acordo com a Grã-Bretanha para a utilização das bases britânicas no Pacífico, principalmente Cingapura.
2. Fazer um acordo com a Holanda para o uso de facilidades e para aquisição de suprimentos nas Índias Ocidentais Holandesas (hoje Indonésia).
3. Fornecer toda ajuda possível ao governo chinês de Chiang Kai-shek.
4. Enviar uma divisão de cruzadores pesados para o Oriente, Filipinas ou Cingapura.
5. Enviar duas divisões de submarinos para o Oriente.
6. Manter o grosso da Marinha dos EUA, agora no Pacífico, nas proximidades das Ilhas Havaianas.
7. Insistir junto ao governo holandês para recusar o fornecimento de concessões econômicas aos japoneses, particularmente óleo.
8. Impor embargo comercial total ao Japão, em colaboração com embargo similar a ser imposto pelo Império Britânico. Stinnett – Day of Deceit – pág. 8.

Stinnett – Elas foram interceptadas. Isso é correto. Foram enviadas pelas comunicações da RCA. E Roosevelt enviou David Sarnoff, que era o chefe da RCA, a Honolulu de modo que este facilitasse a obtenção dessas mensagens ainda mais rapidamente. Embora estivéssemos também as interceptando a partir do éter, de qualquer forma. E de 2 de dezembro a 6 de dezembro o espião indicou que Pearl Harbor iria ser o alvo. E a 2 de dezembro foi interceptada uma mensagem, sendo decodificada e traduzida antes de 5 de dezembro. A mensagem de 6 de dezembro... não é realmente prova; foi interceptada, mas há toda espécie de histórias de encobrimento sobre se chegou ou não ao Presidente. Mas há prova de que ele recebeu outra informação do que iria acontecer no dia seguinte, de qualquer modo.

Cirignano – Viu os registros destas interpretações com seus próprios olhos?

Stinnett – Sim. Tenho isso.

Cirignano – E todas essas mensagens que a Marinha interceptava constantemente mostravam exatamente onde estavam os navios japoneses que estavam preparando-se para a guerra e que estavam dirigindo-se diretamente para o Havaí. Certo?

Stinnett – Está certo. Nossos detectores de direção de rádio localizaram os vasos de guerra japoneses.

Cirignano – O Sr. diz que Roosevelt recebia regularmente cópias dessas interceptações. Como elas lhe eram entregues?

Stinnett – Pelo Comandante Mc Collun, reencaminhando a informação para ele. Elas eram preparadas em forma de monografia. Chamavam isso monografia... eram enviadas ao Presidente por meio do Comandante Mc Collun, que as despachava por meio do adjunto naval do Presidente.

Cirignano – Na página 203 da edição encadernada do seu livro, lê-se: “Sete trans-

missões de rádio navais japonesas interceptadas entre 28 de novembro e seis de dezembro confirmam que o Japão tencionava começar a guerra e que começaria por Pearl Harbor”. Viu registros dessas interceptações com seus próprios olhos?

Stinnett – Sim. E também temos novas informações sobre outras interceptações na nova edição que saiu em maio de 2001. Não há dúvida sobre isso.

Cirignano – Segundo “O dia da fraude”, em 25 de novembro o Almirante Yamarusto enviou uma mensagem de rádio à frota japonesa. Em parte da mensagem lê-se: “A força-tarefa, mantendo seus movimentos estritamente secretos e mantendo guarda serrada contra submarinos e aviões, avançará dentro de águas havaianas e no instante da abertura das hostilidades atacará a força principal da frota dos Estados Unidos no Havaí e desferir-lhe-á um golpe mortal...” Qual é a prova de que o registro dessa interceptação existe? O Sr. viu? Mais uma vez, Roosevelt soube disso?

Stinnett – A versão em inglês dessa mensagem foi divulgada pelos Estados Unidos. Tenho cópias dos registros de rádio da Estação H –, uma estação de monitoragem do Havaí. Eles provam que a Marinha interceptou 83 mensagens que Yamamoto enviou entre 17 e 25 de novembro. Tenho esses registros, mas não as interceptações originais, 86% das quais não foram divulgadas pelo governo*... Até que Roosevelt, no princípio de novembro de 1941, ordenou que as interceptações originais japonesas fossem entregues diretamente a ele pelo seu adjunto naval, Capitão** Beardall. Por vezes, se Mc Collun sentia que uma mensagem era particularmente quente, entregava-a pessoalmente a FDR.

Cirignano – No fim do dia 6 de dezembro e nas primeiras horas da manhã de 7 de dezem-

* NA – Grifos do articulista.

** NA – Capitão de Mar e Guerra.

bro, os Estados Unidos interceptaram mensagens enviadas ao embaixador japonês em Washington. Essas mensagens constituíam basicamente uma declaração de guerra – o Japão estava dizendo que rompia negociações com a América. Naqueles mesmos momentos, mostraram as interceptações ao General Marshall e ao Presidente Roosevelt. Quando FDR as leu, disse: “Isso significa guerra”. Quando a última interceptação foi mostrada a Roosevelt, ainda faltavam horas para o ataque a Pearl Harbor. Nessa última interceptação, o Japão dava a data final de quando iria romper relações com os EUA – a data final era a hora exata em que Pearl Harbor foi atacada. FDR e Marshall deveriam então ter enviado uma advertência de emergência ao Almirante Kimmel em Pearl Harbor. Mas eles atuaram de forma displicente e não enviaram nenhuma advertência a Kimmel.

Stinnett – Sim. Esta é a mensagem enviada do Ministério das Relações Exteriores do Japão ao embaixador japonês em Washington, D.C. E ele atuou assim... rompeu relações com os Estados Unidos e estabeleceu um cronograma para 13 horas de domingo, 7 de dezembro, fuso horário da costa leste.

Cirignano – A hora exata em que Pearl Harbor foi bombardeada.

Stinnett – Correto. Eles, com toda sua informação, perceberam isso. E então o General Marshall, apesar disso, sentou-se em cima da mensagem durante cerca de 15 horas porque não queria enviá-la... não queria advertir os comandantes do Havaí a tempo... não queria que eles interferissem com o ato aberto. Finalmente acabaram por enviar, mas a mensagem não chegou senão após o ataque*.

Cirignano – Roosevelt também viu isso. Eles deveriam ter enviado uma advertência ao Almirante Kimmel no Havaí, não é?

Stinnett – Correto. Mas o Sr. verifica que eles queriam que ocorresse o ato aberto por parte do Japão. Aquilo unificou o povo americano.

Cirignano – Isso parece o caso clássico de superiores que fazem algo questionável e a seguir conseguem que as pessoas abai-xo deles arquem com as culpas. O Almirante Husband Kimmel estava à frente da frota de Pearl Harbor e foi rebaixado e culpado pelo ataque. Isso justifica-se?

Stinnett – Não. Não se justifica. E o Congresso, como sabe, em outubro de 2000, votou em isentá-lo porque foi-lhe retirada a informação. Isto é muito importante. Mas estava sujeito à aprovação do Presidente Clinton, que não assinou. Mas pelo menos o Congresso atuou, fez o que devia**.

Cirignano – O Sr. afirma que ao Almirante Kimmel e ao General Short – que dirigia o Exército no Havaí – foi negada por Washington a informação que lhes teria permitido saber que o ataque estava por vir. De que modo foi negada informação a Kimmel e a Short?

Stinnett – Bem, eles foram postos de lado... Não lhes foi dito que o espião estava ali, e não lhes foram dados esses documentos cruciais, as informações dos detectores de direção de rádio***. Toda essa informação ia para toda a gente, exceto para Kimmel e Short. Isso é muito claro... Num certo momento, Kimmel especificamente solicitou que Washington o informasse imediatamente acerca de quaisquer desenvolvimentos importantes, mas eles não o fizeram.

Cirignano – Foi dada alguma informação a Kimmel, porque duas semanas antes do ataque ele enviou a frota do Pacífico ao norte do Havaí num exercício de reconhe-

* NA – Aparece em uma cena ao final do filme “Pearl Harbor”, mais um romance do que uma narração histórica.

** N.R.: Grifo do articulista.

*** NA – Radiogoniômetros.

cimento, a fim de verificar os transportes japoneses? Quando os responsáveis da Casa Branca souberam disso, qual foi a sua reação?

Stinnett – O Almirante Kimmel tentou, num certo número de ocasiões, fazer algo para defender Pearl Harbor. E, realmente, duas semanas antes do ataque, a 23 de novembro, Kimmel enviou aproximadamente uma centena de vasos de guerra da frota do Pacífico para o sítio exato em que o Japão planejava lançar o ataque. Kimmel atuava com seriedade. Ele estava à procura de japoneses. Suas ações indicavam que ele queria estar perfeitamente preparado para a ação se ele encontrasse um navio da Armada japonesa.

Quando responsáveis da Casa Branca souberam disso, eles disseram a Kimmel que ele estava “complicando a situação”... O Sr. vê, a Casa Branca queria um ato aberto de guerra por parte do Japão que fosse claro e inequívoco. Os isolacionistas teriam acusado FDR de precipitar a ação japonesa por permitir que a frota do Pacífico fosse ao Pacífico norte... Assim, minutos depois de ter recebido a diretiva da Casa Branca, Kimmel cancelou o exercício e mandou a frota retornar ao seu ancoradouro em Pearl Harbor. Foi onde os japoneses a encontraram em 7 de dezembro de 1941.

Cirignano – A Casa Branca estava alheando Kimmel? Eles queriam-no completamente passivo?

Stinnett – Sim. É exato.

Cirignano – FDR enviou uma advertência de guerra a Kimmel em 28 de novembro. Foi uma advertência suficiente?

Stinnett – Bem, foi uma advertência, mas nela também orienta o Almirante Kimmel e todos os comandantes do Pacífico para ficarem de lado, não irem para a ofensiva, permanecerem em posição defensiva, e deixarem o Japão cometer o primeiro ato aberto. É o que diz a mensagem, e está no meu

livro. E para o Almirante Kimmel, aquela mensagem que ele recebeu foi repetida duas vezes: “Permaneça de lado e deixe o Japão cometer o primeiro ato aberto”. O fraseamento exato está no meu livro.

Cirignano – Seu livro torna abundantemente claro que FDR e seus conselheiros sabiam que o Japão estava preparando-se para a guerra, e sabiam que o Japão ia finalmente atacar. Mas poder-se-á dizer que FDR sabia que o ataque iria ter lugar especificamente na manhã de 7 de dezembro em Pearl Harbor?

Stinnett – Sim. Absolutamente.

Cirignano – Por meio das interceptações de rádio?

Stinnett – Por meio das interceptações de rádio, sim. Tanto militares como diplomáticas.

Cirignano – Em 5 de dezembro, a Marinha interceptou uma mensagem dando instruções às embaixadas japonesas em todo o mundo para queimarem os livros de códigos. O que significa um governo instruir suas embaixadas a queimarem seus livros de códigos?

Stinnett – Significa que a guerra começará dentro de um ou dois dias.

Cirignano – Trata-se de um conhecimento comum entre os militares. E os responsáveis em Washington viram estas interceptações e o seu significado.

Stinnett – Sim, correto.

Cirignano – FDR e Washington também sabiam que o Japão havia mandado retornar todos os navios de sua frota mercante. O que significa isso?

Stinnett – É bem sabido no governo e entre os militares que se um país manda voltar sua frota mercante é porque os navios são necessários para transportar soldados e abastecimentos para a guerra.

Cirignano – Se o que está dizendo é verdade, então Pearl Harbor é um primeiro exemplo de um governo a tratar seres humanos como ratos cobaias. Ainda assim, o

Sr. não menospreza FDR nem tem uma visão negativa dele.

Stinnett – Não, não tenho uma visão negativa. Penso que era a única opção atuar assim. E cito o principal criptógrafo da frota do Pacífico, que disse: “Foi um preço bonito e barato que se teve de pagar para unificar o país”.

Cirignano – Esse criptógrafo, o Comandante Joseph Rochefort, era um confidente de Mc Collun. Ele trabalhou em estreita ligação com Kimmel em Pearl Harbor. Poder-se-ia argumentar que Rochefort, que era o mais próximo de Kimmel, foi o mais responsável por negar a Kimmel informação vital. E ele fez tal declaração. Mas o Sr. concorda com isso? Muitas pessoas ficariam ofendidas e enraivecidas com uma tal declaração. Muitas pessoas não concordariam com isso.

Stinnett – Sim, eu sei. Quando falo acerca disso com as famílias, elas começam a chorar. Ficam terrivelmente inquietas... Mas, como sabe, foi usada pelo Presidente Polk na Guerra Mexicana, em 1946. E também pelo Presidente Lincoln em Fort Sumter. E também, como eu disse, no Vietnã, neste caso no Golfo de Tonkin.

Cirignano – Podia ser uma filosofia tradicional dos militares, a ideia de que os militares tem por vezes de provocar o ataque do inimigo, sacrificar os seus próprios soldados, de modo a unificar um país para a guerra.

Stinnett – Penso assim. Julgo que provavelmente poder-se-ia remontar aos tempos de César.

Cirignano – Quanto do seu livro nunca havia sido revelado antes ao público?

Stinnett – A rotina do silêncio rádio. O fato de que os navios japoneses não mantiveram silêncio quando se aproximaram do Havaí... A decifração dos códigos japoneses – quero dizer, a prova completa disso. Códigos militares, enfatizo... E também as oito ações do Memorando Mc Collun, que constituem a essência do meu livro. Se eu não houvesse obtido isso, o livro não seria tão importante.

Cirignano – Sua investigação parece provar que podem existir conspirações do governo. Na sua ótica, quantas pessoas diria que, afinal de contas, sabiam que o Japão estava prestes a atacar Pearl Harbor mas mantiveram silêncio sobre isso e encobriram-no antes e após o evento?

Stinnett – Eu cito no livro 35 pessoas que certamente sabiam disso. E provavelmente há mais do

que isso.

Cirignano – Também parece como um clássico encobrimento de Washington. No seu livro, usa a frase “fraudes de Pearl Harbor”. Desde o ataque têm faltado documentos, há documentos alterados, pessoas sendo insinceras e pessoas cometendo perjúrio diante de comitês de investigação de Pearl Harbor. Correto?

Stinnett – Está correto. Totalmente. E como sabe, o Departamento da Defesa etiquetou algumas das minhas solicitações sobre Pearl Harbor como “Segredos da Defesa Nacional B1”, e eles não os entre-

Quantas pessoas sabiam que o Japão estava prestes a atacar Pearl Harbor mas mantiveram silêncio sobre isso e encobriram-no antes e após o evento? – Eu cito no livro 35 pessoas que certamente sabiam disso.

Stinnett

garão. Eu digo isso no livro. Janet Reno* não os entregaria para mim.

Cirignano – E a todos os comitês oficiais do Congresso sobre Pearl Harbor foi negada e não foi entregue toda essa informação relevante e secreta?

Stinnett – Correto. Eles também foram afastados do assunto.

Muitas pessoas provavelmente não querem acreditar que um presidente faria tal coisa.

DO TRADUTOR/ARTICULISTA – FINAL

Provavelmente animado com a decisão do Congresso, ambas as Casas não atendidas pelo Presidente Clinton, em favor das pretensões das famílias Kimmel e Short, Edward R. Kimmel, o único filho sobrevivente do Almirante Husband E. Kimmel, dirigiu-se por quatro vezes, por meio de cartas, ao Presidente George W. Bush na busca de seu intento.

A primeira carta foi datada de 22 de fevereiro de 2001, a segunda de 12 de junho de 2001, a terceira de 10 de janeiro de 2002.

“Lamentavelmente, o Presidente George W. Bush não considerou a ação do Congresso. A família Kimmel recebeu uma carta do Presidente, assinada pelo chefe de Gabinete, Andrew W. Card, na qual esclarecia que o Presidente George W. Bush não atendeu à solicitação dos Kimmel porque nenhuma “nova ou extraordinária” evidên-

cia emergiu para que se modificasse uma decisão de 50 anos. Porém, Thomas Kimmel foi capaz de apresentar, pelo menos, uma dúzia de novos e significantes itens de evidências que claramente mostravam que o Almirante Kimmel foi injustamente acusado e deslealmente difamado”.**

É possível que Edward R. Kimmel não tenha percebido que o secretário de Defesa de George Bush, o pai, Dick Cheney, agora era o vice-presidente da República.



O Almirante Husband E. Kimmel, afinal, teve sua honra, com toda justiça, resgatada pelo Congresso dos Estados Unidos da América

Em 1º de novembro de 2008, sábado, o comandante da Força Aérea do Japão foi sumariamente demitido pelo primeiro-ministro por escrever artigo na imprensa no qual afirmou que o Japão não foi agressor na Segunda Guerra Mundial, mas sim impelido por Roosevelt a atacar os EUA, o que contraria-

va os atuais princípios da política externa japonesa***.



Parece-me que esse tema esmaecerá. Não creio que, com a grande turbulência que tomou conta do mundo – imprevisível aos analistas econômicos, cientistas políticos, políticos profissionais, historiadores, ensaístas militares e civis, enfim, a todos – o Congresso e o Presidente Barack Obama

* NA – Janet Reno – Secretária de Justiça na administração Bill Clinton.

** N.A – AIM REPORT – Editor Cliff Kincaid, 2003 Report # 11, 5 de junho de 2003.

*** N.A – Escutei no noticiário da Globo News, “Em cima da hora”. Não foi repetido e não foi registrado em jornal.

possam ou queiram reservar algum tempo para o ocorrido em Pearl Harbor.



Minhas palavras finais são para reafirmar o que registrei na *RMB*, 4º t/2006, p. 66 sobre Franklin Delano Roosevelt, sob o título O Estadista:

“Roosevelt encontrara a solução para o grande problema que o afligia, o convencimento dos isolacionistas americanos, al-

guns deles ultrarradicaís de direita e seus inimigos políticos, para levar o país à guerra contra Hitler, àquela altura já detectado pelo Presidente como o grande flagelo da humanidade.”

Embora implícita, não escrevi no panegírico que lhe dediquei a palavra “coragem”, coragem moral sobretudo.

O Almirante Husband E. Kimmel, afinal, teve sua honra, com toda justiça, resgatada pelo Congresso dos Estados Unidos da América. Não poderia ter sido de outra maneira.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA>; / História dos Estados Unidos; Segunda Guerra Mundial;

Ao ser finalizada a séria sobre o Japão, Pearl Harbor e a Saga do Almirante Kimmel, a *Revista Marítima Brasileira* tem o dever de agradecer ao seu autor, Almirante de Esquadra Mário Jorge da Fonseca Hermes, pelo discernimento e a abnegação devotada a um tema tão importante da história da Segunda Guerra Mundial e da História da Humanidade.

A matéria foi objeto de inúmeras e variadas obras escritas e discutidas por autores e historiadores em todas as vertentes da mídia.

Como foi possível ler, ao longo dos artigos, a sociedade americana avaliou o procedimento do Almirante Kimmel e do General Short nos últimos 60 anos.

Os presidentes da República e o Congresso dos Estados Unidos discutiram a respeito das instituições e personalidades envolvidas no triste episódio e inexistiu unanimidade em relação aos ilustres oficiais.

A *Revista Marítima Brasileira* manifesta sua gratidão ao Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Mário Jorge da Fonseca Hermes pois, dedicando suas horas de lazer e esforçando-se por interpretar, traduzir e adaptar, mostrou aos leitores da revista aspectos relevantes e inéditos.

Certamente foi trazida luz onde havia sombra, graças à perspicácia do notável colaborador.